

# O EMBAIXADOR ACCIOLY

JOÃO NEVES DA FONTOURA

Com a morte de Hildebrando Accioly perdeu o **Itamarati** seu grande internacionalista, na República. Não só o Itamarati. Também o Brasil, cujo nome êle elevou lá fora por obra de seu livro, logo traduzido em francês e espanhol.

Bastaria aquêlo tratado para conceder-lhe a justa fama que conquistou no mundo das letras jurídicas e no âmbito das chancelarias.

Mas o Embaixador Accioly não se limitou a ser um mestre de Direito Internacional Público. Foi, paralelamente, um consumado diplomata. Não dos que se ostentam no brilho dos salões, coisa também conveniente a quem ingressa na fascinante carreira. Em Accioly esta parte só o interessava de maneira secundária ou funcional. Tenho a impressão de que, por seu temperamento retraído e ascético, apenas a suportava por não lhe ser possível suprimi-la do quadro de seus deveres, com as galas, as recepções e os jantares.

O que nêle predominava era a meticulosidade com que exercia inteligentemente suas atribuições, dentro da Secretaria de Estado ou em pôsto no estrangeiro.

Descendia de um ilustre tronco cearense. O pai fôra dono do Estado em grande parte da Primeira República até que o depuseram as chamadas "salvações" levadas a efeito no quadriênio do Marechal Hermes.

Hildebrando Accioly nada quis com a política interna. Creio que não tivesse a menor vibração pelas lutas partidárias. Formado em Direito, ingressou no Ministério das Rela-

## REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS

ções Exteriores e aprofundou seus estudos prediletos sobre o Direito Internacional.

Sua gradual ascensão e suas promoções, não as deveu às guerrilhas que se processam habitualmente na velha Casa da Rua Larga e acima dela, assim que as vagas se aproximam. E às vezes até antes! Por experiência, conheço bem aquêles enredos, quando de alto a baixo começa o cêrcio para obter-se o acesso dêste ou daquele. Não raro, verdadeiras campanhas submarinas. Accioly jamais tomou parte nelas. Sua vida funcional no Itamarati tornou-se um belo exemplo. Amava a Casa, o serviço público, sem preocupações pessoais ou facciosas.

Chefe do gabinete do Ministro Afrânio de Melo Franco, durante a Revolução de São Paulo, cujos objetivos constitucionalistas correspondiam à sua vocação legal, conservou-se no seu pôsto, enquanto durava a luta. Quando, porém, sobreveio o armistício, demitiu-se irrevogavelmente da comissão de confiança, no que foi acompanhado por seus colegas mais jovens, depois embaixadores Saint-Brisson e A. Camilo de Oliveira.

Conselheiro da nossa embaixada em Washington, ministro do Brasil na Romênia, pouco antes da última guerra designou-o o Governo para chefiar a representação do Brasil junto da Santa Sé. Ali seu renome, seu saber, sua experiência diplomática, sua discrição proverbial impuseram-no à Secretaria de Estado e aos colegas estrangeiros.

Estava eu então em Lisboa, e várias vezes, graças ao intermédio de mãos particulares, trocamos cartas. As dêle me levavam preciosas informações sobre a situação da Itália. Informações que sempre me apressei a transmitir ao Ministro Oswaldo Aranha, receoso de que Mussolini varejasse as malas diplomáticas, o que êle fazia habitualmente com a maior sem-cerimônia, como depois se apurou.

Quando, após a queda do Duce, os nazistas ocuparam Roma, ainda conseguimos comunicar-nos com segurança por condutos discretos e prestimosos.

Em 1946, ao assumir a pasta das Relações Exteriores, já êle regressara da Santa Sé. De meu programa de administração constavam dois itens, que me pareciam fundamentais: a

## REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS

criação do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e de uma comissão nacional da UNESCO. O Presidente aprovara, em princípio, ambas as iniciativas. Pela primeira, contava vedar o acesso aos quadros da carreira sob a proteção política dos poderosos. O ministério carecia de estancar o favoritismo que ali se instalara graças ao chamado concurso de títulos, que não passava de simples eufemismo. Urgia tornar o ingresso na Casa dependente de um curso sistemático e bem orientado, de acôrdo com as prementes exigências e lições do pós-guerra; e, além disso, estabelecer um apertado exame vestibular, de modo que só os bem preparados lograssem vará-lo.

O segundo objetivo concretizou-se com a fundação do I.B.E.C. (Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura), que tantos serviços vem prestando ao País.

Quando dei os primeiros passos para o estabelecimento do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, confiei a Accioly a missão de dar substância e forma à minha iniciativa. Ele dirigia o Instituto Rio Branco. O instituto ficara, até ali, num plano pouco mais do que simbólico. Convinha vitalizá-lo com o nôvo curso.

Accioly, com a colaboração do Embaixador Sousa Leão Gracie, ao tempo secretário-geral, e dos chefes de departamentos, então Ministros Camilo de Oliveira, Rubens de Melo e Orlando Leite Ribeiro, foi quem planejou o curso, quem lhe imprimiu o sentido orgânico, quem lhe ensaiou os primeiros e difíceis passos. Não poucas críticas tivemos de enfrentar, sobretudo dos interessados em escalar com facilidade o primeiro degrau da carreira diplomática. Resistimos bravamente não só a êstes, como aos misonéistas, graças à firmeza do Presidente Dutra, que logo baixou o decreto da criação.

Tudo dependia do primeiro exame vestibular, de determinar com acêrto as matérias, de constituir bancas de examinadores capazes e isentos. Sobretudo, em não admitir influências de qualquer natureza no julgamento das provas. Se o alcançássemos, o curso estaria antecipadamente vitorioso. Do contrário, lá se iria por águas abaixo. Não há boa idéia que resista à má execução.

Preocupado em atingir o nosso fim construtivo e morali-

## REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS

zador, dei ao Embaixador Accioly carta branca e fi-lo responsável pelo êxito do vestibular. O resultado excedeu qualquer expectativa. De mais de quatrocentos candidatos, menos de um têrço logrou aprovação. Accioly, dotado daquela polidez eclesiástica, a que se referia Faguet, "isto é, docemente obstinada, mas indesmontável", foi inflexível e policiou êle mesmo os trabalhos de seleção.

Desde aí, o curso se firmou de tal maneira que é considerado padronal e apontado como exemplo a seguir. A mais nova geração dos nossos diplomatas — já lá decorreram mais de quinze anos — honra a casa e a carreira.

O mérito cabe ao Embaixador Accioly e a seus ilustres sucessores, todos animados do mesmo espírito de renovação dos quadros do ministério.

Ao assumir a pasta o eminente Raul Fernandes, confiou-lhe a secretaria-geral.

Mas não concluiria êstes fugitivos traços da personalidade do preclaro brasileiro, se não recordasse sua atuação sempre destacada nas assembléias internacionais a que compareceu. Ministro de Estado, levei-o comigo à Conferência da Paz, em Paris, assim como à IV Reunião de Consulta (Washington, 1951). Em ambas seus serviços foram magníficos.

Chefe da nossa delegação permanente à O. E. A., ali firmou êle, desde logo, sua autoridade, como profundo conhecedor do sistema continental. Só deixou o pôsto quando atingido pela compulsória. Ao regressar ao Rio, estava vago o cargo de Consultor-Jurídico do Ministério pela renúncia de Levy Carneiro, eleito membro da Côrte Internacional de Justiça, onde se destacou pelo saber e brilho. Entendi que a melhor solução seria confiá-lo a Accioly. O Presidente Vargas acolheu sem reservas a sugestão. E, assim, foi lá que êle encerrou sua colaboração ativa no ministério, de que só o afastou a doença.

Rendo-lhe nestas linhas meu testemunho de amizade, admiração e respeito pela sua capacidade e virtudes.

Os tempos não andam para elogiar os juristas. Lá fora, as armas não cedem mais lugar às togas. E ainda bem quando permitem que elas sobrevivam no drama que dilacera os povos e ameaça a vida da humanidade.